



Nº 8 - 8 de novembro de 2018



## O Brasil e o acervo normativo da OCDE

O número de instrumentos normativos da OCDE dos quais o Brasil é parte continua a aumentar. No último mês, a OCDE confirmou a adesão do Brasil a mais onze recomendações da organização:

Declaration on the Digital Economy: Innovation, Growth and Social Prosperity (Cancún Declaration)

Recommendation of the Council on Broadband Development

Recommendation of the Council on the Protection of Critical Information Infrastructures

Recommendation of the Council for Enhanced Access and More Effective Use of Public Sector Information

Recommendation of the Council on Principles for Internet Policy Making

Recommendation of the Council on International Mobile Roaming Services

Recommendation of the Council on Digital Security Risk Management for Economic and Social Prosperity

Recommendation of the Council on Cross-Border Co-operation in the Enforcement of Laws against Spam

DAC Recommendation on Good Pledging Practice

Recommendation of the Council on Good Institutional Practices in Promoting Policy Coherence for Development

Recommendation of the Council on Effective Public Investment across Levels of Government

Com as novas adesões, o Brasil já é parte de 65 dos 245 instrumentos que compõem o acervo normativo OCDE. 70 pedidos adicionais de adesão estão em tramitação.

## Adesão aos Códigos de Liberalização – Início do processo

O Brasil efetuou, no dia 26/10, a primeira apresentação no contexto do processo de adesão aos Códigos de Liberalização de Capitais da OCDE, com base no relatório do Secretariado sobre os capítulos de investimento estrangeiro direto e serviços financeiros transfronteiriços. As discussões evidenciaram grande convergência da prática brasileira com os princípios dos Códigos. Representantes do MRE, da Fazenda, do Banco Central, da Casa Civil, do GSI e da SUSEP participaram da reunião e prestaram esclarecimentos adicionais sobre os pontos suscitados no relatório. A delegação prestou esclarecimentos sobre políticas brasileiras nessas áreas e sobre as reservas pretendidas. O processo terá seguimento na reunião de março do ano que vem do Comitê de Investimentos, que examinará os capítulos de movimento de capitais e serviços não financeiros.

## Integridade Pública e Governança - Programa da OCDE para a América Latina e Caribe

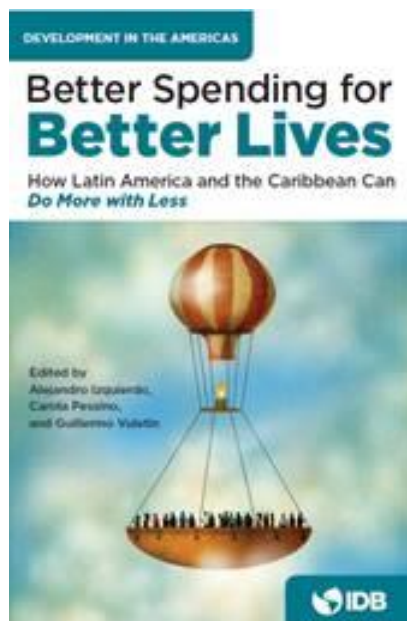
O ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, chefiou a delegação brasileira para a 3ª Reunião de Alto Nível do Programa da OCDE para América Latina e Caribe, em Lima (18-19/10). Integridade e governança pública nortearam as discussões do evento, que buscou debater ações e medidas a serem postas em prática para implementar a agenda anticorrupção prevista no "Compromisso de Lima", aprovado ao final da última Cúpula das Américas, em abril passado.

O ministro Wagner Rosário participou como palestrante do painel que tratou de lobby político e conflito de interesse na administração pública, compartilhando a experiência brasileira na área e as diferentes iniciativas em curso. O Brasil

também participou do painel sobre a governança e integridade em empresas públicas, no qual secretário de Empresas Estatais, Fernando Soares, do Ministério do Planejamento, discorreu sobre as medidas adotadas pelo Brasil nessa área.

Na esteira da reunião de alto nível, o Programa LAC/OCDE realizou a reunião anual do Comitê Diretor, que avaliou o desempenho da iniciativa nos seus primeiros três anos (2016-2018) e deu início às discussões sobre as prioridades da próxima fase do Programa (2019-2022). Houve consenso entre os participantes que seria importante manter o foco nos três pilares atuais do programa: integridade; produtividade e inclusão social. Os países se comprometeram a indicar, nos próximos meses, áreas de interesse específico prioritário dentro dessas três áreas. A próxima reunião do Comitê Diretor está prevista para ocorrer às margens da Conferência Ministerial da OCDE, em Paris, no fim de maio ou início de junho de 2019.

## Otimizar os gastos públicos



No dia 30 de outubro, o Centro de Desenvolvimento da OCDE recebeu autores do estudo “Better Spending for Better Lives: How Latin America and the Caribbean Can Do More with Less”, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros especialistas convidados, para discutir maneiras de otimizar os gastos públicos na América Latina e Caribe. Embora o nível de gastos públicos na região seja considerado elevado em relação ao grau de desenvolvimento desses países, o objetivo da iniciativa não é estabelecer o quanto cada país deve gastar, mas, sim, refletir sobre como tornar o modelo atual mais sustentável e a alocação de recursos mais eficaz por meio de boas práticas de governança, ou, como diz o título, “fazer mais com menos”. A iniciativa de controle de gastos públicos no Brasil foi citada favoravelmente.

O Centro de Desenvolvimento também promoveu, no período, discussão sobre o papel dos Bancos de Desenvolvimento Nacional na promoção do crescimento e do desenvolvimento dos países, com foco especial na atuação do BNDES.

## Modernização no setor de turismo

O Secretário Nacional de Estruturação do Turismo, José Antonio Parente, representou o Brasil na 102ª Sessão do Comitê do Turismo, em que foram discutidas as “megatendências” que deverão afetar o setor de turismo até 2040, bem como as áreas-chave em que os governos devem concentrar seus esforços para melhor se adaptarem a essas transformações. A modernização de marcos regulatórios e legislativos é uma das principais áreas em que a OCDE está trabalhando em ampla convergência com os debates no Brasil no contexto do processo de atualização da Lei Geral do Turismo. Durante a reunião, o Secretário Parente ressaltou o interesse do Brasil em aprofundar sua participação nas discussões sobre Turismo da OCDE, adiantando que avaliará a possibilidade de o País tornar-se “membro associado” no Comitê de Turismo.

## Comércio, investimentos e desenvolvimento sustentável

Na semana de realização da reunião do comitê de investimentos, realizou-se, com participação do Brasil como “lead speaker” em um dos painéis, a primeira reunião conjunta dos Comitês de Investimentos e de Comércio. Foram discutidas as políticas de comércio e investimentos à luz de estudos do secretariado sobre as novas formas que têm assumido as cadeias globais de valor e os dispositivos sobre investimentos em acordos regionais de comércio. Realizou-se também a primeira mesa redonda sobre investimentos e metas de desenvolvimento sustentável.

## GT Antissuborno: Brasil participa de “peer review” do México

Refletindo a participação ativa do país nas discussões do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (WGB), o Brasil participou, entre 9 a 11 de outubro, como país examinador da “Fase 4” do processo de avaliação do México, com a tarefa de avaliar, na prática, a implementação pelo governo mexicano da Convenção Antissuborno da OCDE. Três auditores federais da Controladoria-Geral da União (CGU) integraram o grupo técnico avaliador, cujo relatório final foi aprovado, por unanimidade, pelo WGB.

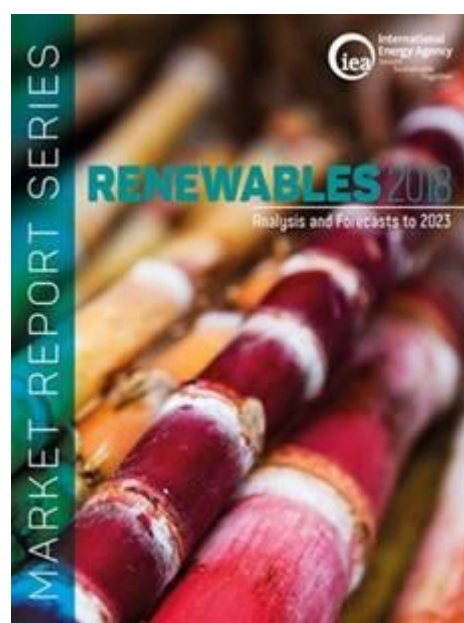
## Mesa-redonda com China sobre Convenção Antissuborno

O Brasil participou, em 11 de novembro, de mesa-redonda entre China e alguns países-membros do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (WGB), para uma troca de experiências sobre os desafios enfrentados e as vantagens obtidas ao implementar a Convenção Antissuborno da OCDE. O encontro faz parte de um processo de aproximação da OCDE com a China, a qual ainda não é signatária da Convenção Antissuborno nem faz parte do WGB. Em sua intervenção, a delegação brasileira enfatizou os ganhos institucionais e a modernização legislativa que a implementação do instrumento da OCDE possibilitou ao Brasil. Destacou, ainda, a importância do mecanismo de troca de informações entre autoridades investigadoras (mutual legal assistance – MLAs) no âmbito do WGB.

## III Conferência Global sobre Eficiência Energética

O diretor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, participou nos dias 25 e 26 outubro, a convite da Agência Internacional de Energia (AIE), da III Conferência Global sobre Eficiência Energética. O evento contou com mais de 200 profissionais vindos de 60 países e reuniu autoridades acadêmicas e governamentais da área de eficiência energética de todo o mundo. O encontro destacou a centralidade das medidas de eficiência energética no cumprimento dos compromissos sobre mudança do clima firmados pela comunidade internacional no Acordo de Paris.

## Brasil destaque em relatório “Renewables 2018”



No último dia 8, a Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou seu relatório anual [Renewables 2018](#), que faz análise minuciosa das energias renováveis no mundo e traz as principais tendências do setor no período de 2018 a 2023. Bioenergia foi o enfoque temático dessa edição do relatório, apresentando a experiência do Brasil como exemplo aos demais países. A matriz energética brasileira deverá continuar a ser a mais “verde” do mundo (dos atuais 42% para 45% de fontes renováveis em 2023), com elevada participação de fontes bioenergéticas no consumo total do país (etanol, biodiesel e biomassa). O estudo destaca, ainda, a aprovação pelo governo brasileiro da Política Nacional de Biocombustíveis - RENOVABIO, que deverá acelerar a realização de novos investimentos na produção de biocombustíveis no Brasil. Recebi visita do Diretor da AIE, que frisou a intenção da AIE de promover o relatório e ressaltar o papel do Brasil na promoção dessa agenda em diversos foros globais.

## Meio ambiente: mudança do clima

A agenda ambiental teve destaque particular na OCDE em outubro. Nos dias 8 e 9, o Grupo de Especialistas em Mudança do Clima (CCXG) reuniu-se para discutir mecanismos de implementação do Acordo de Paris; nos dias 22 e 23, a Rede do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) sobre meio ambiente (ENVIRONET) debateu, entre outros temas, formas de alinhamento da cooperação internacional para o desenvolvimento à consecução dos objetivos de mitigação estabelecidos pelo Acordo de Paris. Nos dias 25 e 26, o Grupo de Trabalho sobre Clima, Desenvolvimento e Investimento (WPCID) analisou, entre outros assuntos, estudos em elaboração pela OCDE sobre medidas de mitigação nos setores de energia e transporte, além de possíveis metodologias para monitorar os fluxos financeiros e sua consistência com os objetivos do Acordo de Paris.

## Agricultura e meio ambiente

Nos dias 22 e 23 de outubro, o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Meio Ambiente reuniu-se para discutir temas relativos a políticas agrícolas e sustentabilidade. O Brasil acompanhou com especial atenção a apresentação da minuta do relatório “Land Use, Climate, Ecosystems and Food Aligning Policies in the Land-Use Sector”, que traz dados sobre o País e deverá ser publicado ao longo de 2019.

## Indicadores de Sistemas Educacionais (INES)



O Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Sistemas Educacionais (INES) retomou na reunião de outubro as discussões sobre indicadores para mensurar a implementação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) e sobre as diretrizes para elaboração do próximo relatório “Education at a Glance”, que terá por foco o ensino superior e a educação profissional e tecnológica dos países da OCDE e de países parceiros, tema de particular interesse para o Brasil.

## Skills for Jobs

A OCDE lançou, em parceria com a JPMorgan Chase Foundation, a plataforma online [Skills for Jobs](#), que disponibiliza dados sobre áreas onde há excesso ou carência por profissionais capacitados. A iniciativa abarca os países da OCDE bem como alguns países emergentes, entre os quais o Brasil, e visa a mapear os desequilíbrios entre oferta de emprego e capacitação da força de trabalho, frente a um cenário de crescente automação do trabalho e valorização de profissões que exigem alta qualificação. Segundo os dados da OCDE, o Brasil apresenta desequilíbrio maior que a média dos países da OCDE, com grande número de vagas não preenchidas que requerem capacitação média. Trabalhadores subqualificados e sobrequalificados representam, respectivamente, 24% e 14% da força de trabalho brasileira.

## “Megatendências” e o futuro do trabalho

O futuro do trabalho também foi objeto de discussão no Comitê de Emprego, Trabalho e Temas Sociais (ELSAC) com destaque para a discussão sobre qualificação da mão-de-obra e as novas necessidades do mercado de trabalho, à luz das “megatendências”, como globalização, digitalização e mudanças demográficas. A OCDE deverá publicar estudos sobre a matéria ao longo de 2019.

## PMEs e empreendedorismo

O Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do MDIC, José Ricardo da Veiga, representou o Brasil na reunião Grupo de Trabalho sobre Pequenas e Médias Empresas e Empreendedorismo (WPSMEE) entre os dias 10 e 11 e efetuou apresentação sobre as principais políticas brasileiras para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Por iniciativa do MDIC, a política de pequenas e médias empresas no Brasil será objeto de estudo da OCDE, em parceria com o Prosperity Fund, do Reino Unido, com recomendações sobre como avançar nessa agenda. Verifica-se a possibilidade de que funcionário do MDIC realize um “secondment” na OCDE para auxiliar nos trabalhos do estudo.

## Delegação do Mato Grosso do Sul



Representantes do SEBRAE-MS, SENAI-MS, Fecomércio e de Universidades do Mato Grosso do Sul realizaram visita à OCDE. Na ocasião, a Delegação do MS teve a oportunidade de conhecer as atividades da OCDE em matéria de educação, trabalho, empreendedorismo e micro, pequenas e médias empresas.

## África em destaque

A OCDE sediou, no dia 31 de outubro, o [18º Fórum Econômico Internacional sobre África](#), que contou com a presença do Presidente da República do Gana, Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, e o ex-Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo. Ao longo do evento, foram discutidas as medidas que estão sendo adotadas na região para aprofundar a integração entre os países do continente. Ressaltou-se a necessidade de diversificar a produção para tornar o continente menos dependente de importações e mais produtivo, com aumento de empregos de qualidade, o que teria impacto benéfico sobre migração. A integração também supõe a necessidade de que os investimentos em infraestrutura sejam pensados em âmbito regional, sem restrições fronteiriças. Ainda dentro dos esforços da OCDE para aprofundar a cooperação com os países africanos, foi publicado o



relatório “Dinâmicas do desenvolvimento em África: crescimento, emprego e desigualdades”, disponível [em português](#).

## Programa de Formação Complementar



Está em andamento a primeira edição do Programa de Formação Complementar para o setor público junto às organizações internacionais econômicas sediadas em Paris. É com prazer que recebo em minha equipe Thayana Freitas de Queiroz, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e Camila Tiussu, do Ministério de Turismo.

Camila está se dedicando aos temas com impacto na área do turismo, como meio ambiente e desenvolvimento regional e ajudou a coordenar a visita de comitiva do Ministério do Turismo em outubro. Thayana está atuando preferencialmente nas áreas de comércio, indústria e inovação.

## CALENDÁRIO DE EVENTOS - NOVEMBRO

- 5 24th session of the Working Party on Urban Policy
- 5 a 7 46th meeting of the Programme for International Student Assessment Governing Board (PISA) (Praga, República Tcheca)
- 5 a 8 58th Joint Meeting of the Chemicals Committee and the Working Party on Chemicals, Pesticides and Biotechnology
- 5 a 9 Working Party on National Accounts & Working Party on Financial Statistics
- 5 a 9 Working Party on National Accounts & Working Party on Financial Statistics
- 6 G20/OECD Task Force on Institutional Investors and Long-term Financing
- 6 35th session of the Working Party on Territorial Indicator
- 6 Working Party on Rural Policy
- 6 e 7 Working Party on Debt Management
- 6 a 8 Working Party on Environmental Performance
- 6 a 8 GHG ETS & Electricity Decarbonisation Workshops (IEA)
- 7 e 8 40th session of the Regional Development Policy Committee
- 8 e 9 Informal Advisory Group meeting of the Study on Social and Emotional Skills
- 12 Joint Working Party on Agriculture and Trade
- 12 Meeting of Working Party on Industry Analysis
- 12 Joint Workshop of the Working Party on Industry Analysis and the Working Party of the Trade Committee on Multinational Production
- 12 e 13 Economic Policy Committee
- 12 e 13 Public Governance Committee
- 12 e 13 Working Party on Communication Infrastructures and Services Policy
- 12 e 13 Working Party on Measurement and Analysis of the Digital Economy
- 12 a 14 Second Meeting of the CDEP Experts Group AIEGO
- 12 a 16 Working Party on Export Credits and Credit Guarantees
- 13 e 14 Working Party on Security and Privacy in the Digital Economy
- 13 e 14 Forum on Green Finance and Investment
- 13 e 14 24th session of the Education Policy Committee
- 13 a 15 Working Party No. 2 on Tax Policy Analysis and Tax Statistics
- 13 a 15 75th Session: Working Party on Agricultural Policies and Markets
- 14 OECD & Women's Forum Seminar
- 14 e 15 Committee on Industry, Innovation and Entrepreneurship
- 14 e 15 Working Party on State Ownership and Privatisation Practices
- 14 e 15 Working Party on Integrating Environmental and Economic Policies
- 14 a 16 Committee on Digital Economy Policy
- 15 OECD Ocean Economy Group Workshop
- 15 e 16 5th Policy Forum - Strength Through Diversity
- 15 e 16 99th session of the Centre for Educational Research and Innovation Governing Board (CERI)
- 15 e 16 Co-operative Action Programme on Local Economic and Employment Development (LEED)
- 15 e 16 LTI OECD / G20 Task Force on Long Term Investment
- 15 e 16 Working Party on Consumer Product Safety (Bruxelas, Bélgica)
- 19 e 20 OECD Network on Fiscal Relations Across Levels of Government
- 19 e 20 OECD Global Strategy Group
- 19 a 21 Fisheries Committee
- 19 a 23 Working Party No. 6 on the Taxation of Multinational Enterprises
- 20 Working Party on Nuclear Liability and Transport (NEA)
- 20 a 23 Nuclear Law Committee (NEA)
- 22 e 23 164th session of the BIE General Assembly
- 23 Working Party on the Legal Aspects of Nuclear Safety (NEA)

- 26 Network of Economic Regulators
- 26 a 28 Committee on Consumer Policy
- 26 a 28 Competition Committee, WP2 and WP3
- 26 a 28 Network of Economic Regulators / Regulatory Policy Committee
- 28 e 29 Committee for Agriculture
- 28 e 29 Standing Group on Emergency Questions / Standing Group on the Oil Market (IEA)
- 29 Economic and Development Review Committee (Colômbia)
- 29 CWP6 Workshop on Factors Impacting Costs and Distorting the Shipbuilding Market and Policy Responses
- 29 e 30 Working Party of Senior Public Integrity Officials
- 29 e 30 Global Forum on Competition
- 30 Council Working Party on Shipbuilding (COUNCILWP6)

\*\*\*

O endereço eletrônico [brasilnaocde@brazil.org](mailto:brasilnaocde@brazil.org) não está mais em uso, uma vez que o domínio "brazil.org" foi desativado. Para comentários, sugestões, pedidos de cadastro em nossa *mailing list*, favor contatar [delparis@itamaraty.gov.br](mailto:delparis@itamaraty.gov.br).

\*\*\*



[@CarlosCozendey](https://twitter.com/CarlosCozendey)

**Delegado do Brasil junto a Organizações  
Econômicas Internacionais em Paris**

Ambassade du Brésil à Paris  
34 Cours Albert 1<sup>er</sup> 75008 Paris, France  
+33 01 45 61 63 00  
[delparis@itamaraty.gov.br](mailto:delparis@itamaraty.gov.br)